

O MOVIMENTO MASTER E O ACAMPAMENTO CAPÃO DA CASCAVEL: BASES HISTÓRICAS DOS MOVIMENTOS DE LUTA PELA TERRA NO NORTE DO RS – 1960-62

MASTER MOVEMENT AND THE CAPÃO DA CASCAVEL CAMP: HISTORICAL BASES OF LAND MOVEMENTS IN THE NORTH OF RS - 1960-62

Joao Carlos Tedesco*
joaocarlostedesco@gmail.com

Joel João Carini**
joel.carini@iffarroupilha.edu.br

RESUMO: O artigo analisa aspectos do contexto em que se desenvolveram algumas ações do Master no norte do Rio Grande do Sul; centraliza seu foco no acampamento Capão da Cascavel por ter sido central nas ações desse movimento social e num cenário de grande expressão das contradições da propriedade da terra no estado sulino. Utiliza referenciais bibliográficos, documentos e notícias de jornais para fundamentar a importância do acampamento; conclui que o Master condensou um contexto efervescente de demandas e pressões pela terra, envolveu múltiplas instituições, mas com a centralidade da esfera pública personificada no governador Brizola. As ações do governador em prol da reforma agrária foram fundamentais para a sequência desse processo na história dos movimentos de luta pela terra por pequenos agricultores e indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Master; Reforma agrária; Governador Brizola.

ABSTRACT: The article analyzes aspects of the context in which some of the actions of the Master in the north of Rio Grande do Sul were developed; centralizes its focus on Capão da Cascavel Camp for having been central to the actions of said social movement and in a scenario of great expression of the contradictions of the ownership of the land in the southern state. It uses bibliographical references, documents and news from newspapers to substantiate the importance of said camp; concludes that the Master condensed an effervescent context of demands and pressures for the land, involved multiple institutions, but with the centrality of the public sphere personified in the governor Brizola. We conclude that the actions of the governor in favor of agrarian reform were fundamental to the sequence of this process in the history of the struggles for land by small farmers and indigenous people.

KEY-WORDS: Master; Land reform; Governor Brizola.

1. *Introdução*

Com a ascensão de João Goulart à Presidência, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, a aliança populista entre PTB e PSD começou a ser desfeita. As “Reformas de

*Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1998), especialista em economia. Fez estágio de pós-doutoramento (2002) e de professor visitante (2009, 2014 e 2018) e Visiting Researcher em 2022 na Universidade de Verona - Itália. Fez também segundo pós-doutoramento (2011) na Universidade de Milão (Itália). Atualmente é professor colaborador junto ao PPGH (Mestrado e Doutorado) na Universidade de Passo Fundo.

**Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professor do Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen.

Base”¹ anunciadas por Jango assustaram os setores conservadores, principalmente a elite agrária nacional, contrária à reforma agrária.

No Rio Grande do Sul, o governo Brizola (PTB), de um lado, enfrentava forte oposição do PSD, que representava os interesses da elite agrária e, de outro, recebia a adesão da ampla maioria do operariado urbano e, principalmente, dos pequenos agricultores. A campanha vitoriosa do movimento da Legalidade de agosto de 1961,² levantado no Rio Grande do Sul e que foi a principal âncora de apoio ao governo Goulart, deu a Brizola *status* de líder nacional. Assim, no final de 1961 e começo de 1962, Brizola sentia-se fortalecido o suficiente para levar a termo o projeto da reforma agrária, uma das suas principais bandeiras e que estava presente no projeto mais amplo das Reformas de Base.

A Igreja Católica também exercia influência muito forte no meio social, no espaço rural em particular, principalmente em torno de propostas modernizantes nas relações de trabalho e de produção na terra, porém conservando formas assistencialistas nas associações e representações dos camponeses. A fundação de sindicatos, as disputas no interior e no exterior desses pela Igreja Católica, PTB e PCB, bem como o surgimento e a importância de outras agremiações, como os círculos operários, revelam a dinâmica social da esfera política das décadas de 1950 e 1960 em nível de país. Os círculos operários, por exemplo, surgidos no início da década de 1930, com a intenção de bloquear o avanço dos partidos marxistas no interior do operariado, exerciam uma função preparatória para a linha que a Igreja Católica desenvolvia no interior dos sindicatos nessas duas décadas, ou seja, a luta contra o comunismo e a construção de um Brasil cristão-democrático e desenvolvimentista (RICCI, 1999).

¹ Conjunto de medidas anunciadas por João Goulart consideradas necessárias para superar o atraso histórico do Brasil e sair da crise em que a nação estava mergulhada; buscava integrar as populações marginalizadas na vida nacional e preparar o Brasil para a arrancada rumo ao desenvolvimento. As reformas elencadas eram: Reforma Agrária, Reforma Urbana, Reforma da Empresa, Reforma Partidária e Eleitoral, Reforma Administrativa, Reforma Fiscal e Tributária, Reforma Bancária, Reforma Cambial e Reforma Educacional. Ver BRUM, 1997, p. 270-271.

² Movimento liderado por Brizola, governador do estado do Rio Grande do Sul, para defender o regime constitucionalista. O movimento teve forte apoio popular, obteve apoio de outros estados, constituindo-se na chamada “Rede da Legalidade”, em agosto de 1961, obtendo apoio, inclusive, do comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul. Milhares de pessoas ocuparam a Praça da Matriz, defronte ao palácio Piratini, expressando apoio e engajamento político. Brizola posicionou-se contra o parlamentarismo, denunciando-o como uma violação à Constituição. Esse processo projetou nacionalmente Brizola como líder popular.

No início da década de 1950, foi fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), tendo como presidente o sindicalista comunista Lindolfo Silva, seguindo uma linha que já vinha se desenvolvendo dentro do PCB após 1945 na organização dos trabalhadores no campo. A agremiação entendia ser necessária uma reforma na estrutura fundiária do país para destruir o latifúndio e promover a distribuição de terras aos trabalhadores, ampliando, com isso, a produção de alimentos, barateando o preço dos produtos agrícolas, desenvolvendo forças produtivas *atrasadas*, essas, expressão das formas capitalistas de apropriação da terra no país (CARONE, 1982).

Várias forças políticas tentaram organizar e controlar o movimento camponês no período no sentido de adequá-lo aos seus princípios, dentre as quais estão as Ligas Camponesas (pioneiras no Nordeste do país e, espalhadas por grande parte do território brasileiro em sua organização, no apoio ao associativismo camponês e na luta pela reforma agrária), o PCB, a Igreja Católica e uma ala desmembrada da mesma denominada de “católicos radicais”, vinculados à Ação Popular, que era de grande aceitação no meio social, principalmente em periferias urbanas e pequenos camponeses em suas mais variadas formas de organização.

Intelectuais progressistas, membros de partidos políticos, dentre os quais e com mais força o PCB (na época, com longa história e grande participação social e política na sociedade brasileira, em especial em grandes cidades), profissionais liberais adeptos a um processo modernizador e com maior justiça social no campo agregaram-se às lutas dos camponeses por várias regiões do país exigindo reforma agrária, alterações na estrutura fundiária e nas políticas agrícolas, legislação rural adequada à performance dos pequenos produtores, dentre outros, que, em termos quantitativos, somavam centenas de milhares em todo o Brasil durante a década de 1950, com isso, revelando o lado contraditório e atrasado da estrutura agrária do país.

As décadas de 1950 e início da de 1960 revelaram ser contextos históricos efervescentes no cenário das organizações sociais e políticas nas suas correlações com as questões da terra. Nesse cenário desenvolve-se o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master), agregando um amplo espectro de relações, vínculos, contraposições, polêmicas, repressão etc. É um movimento pioneiro na questão da luta pela terra no estado, com o apoio (pelo menos num período) do governador, bem como produziu

delineamentos posteriores na luta pela reforma agrária e nas políticas deliberadas no interior das reservas indígenas.

Nosso texto busca analisar esses processos com a intenção de fornecer alguns elementos históricos para a luta indígena contemporânea pela terra. O acampamento do Capão da Cascavel, no atual município de Sarandi, constituído entre 1961 e 1962, foi paradigmático em termos numéricos (estima-se mais de dez mil agricultores), de envolvimento político, de significados para o Master, para a reforma agrária no estado e para as ações da esfera pública junto às reservas indígenas, as quais produziram realidades que respingaram nas atuais demandas pela terra principalmente por indígenas e quilombolas no centro-norte do Rio Grande do Sul.

Utilizamos algumas obras sobre o Master no Rio Grande do Sul, jornais regionais (Passo Fundo, em particular), documentos, correspondências enviadas pelo governador Brizola, dentre outras fontes, com a intenção de dar o recorte temático ao processo ocorrido no acampamento do Capão da Cascavel no norte do Rio Grande do Sul.

Organizamos o texto abordando, primeiramente, alguns aspectos que configuraram a questão da terra no norte do Rio Grande do Sul no período em que surge o Master; posteriormente, localizamos esse movimento social de uma forma sintética demonstrando a centralidade do governador Brizola nos dois primeiros anos até o final de seu governo, os conflitos internos e as posições de outros mediadores. No final, abordamos o Acampamento Capão da Cascavel como expressivo das ações do referido governador e do próprio Movimento Master, bem como alguns dos desdobramentos decorrentes. A intenção central da análise é demonstrar que esse movimento do Capão da Cascavel, condensou um amplo processo de posições, ambiguidades, interpretações e estratégias em torno da questão da reforma agrária no Rio Grande do Sul capitaneada pelo Governador Brizola

2. Os problemas agrários na região Norte do Rio Grande do Sul – décadas de 1950 e 1960

É importante destacar que o norte do Rio Grande do Sul foi um dos últimos espaços colonizados no estado. No início do século XX, essas regiões foram as válvulas de escape para a pressão social existente nas áreas de colonização anterior, marcadas por um intenso retalhamento das glebas familiares, passando a absorver grandes contingentes de pequenos agricultores que não possuíam terra suficiente para sua sobrevivência em consequência da

fragmentação das famílias ocasionada pelos novos casamentos. O avanço da colonização nas primeiras décadas do século XX promoveu a extinção de pequenas posses situadas em terras de matas ou campos adjacentes e forçou a demarcação de reservas indígenas na tentativa de resguardar, ainda que parcialmente, os territórios deles. Num segundo momento, nem mesmo as reservas foram respeitadas, ocorreu a ocupação de agricultores no interior das terras demarcadas, em convivência com o Estado, e produzindo um amplo contingente de intrusos e sérios conflitos que desembocaram em tensões por toda a década de 1970.

Na década de 1950, a estrutura fundiária começou a se redesenhar em razão das novas possibilidades de extração econômica da terra. Em termos de estruturação fundiária, a região refletiu os grandes processos que objetivaram a concentração de áreas de terras em poucas mãos e a proliferação de pequenas propriedades com área insuficiente para a sobrevivência. A economia do trigo e da extração da madeira, tão evidentes na primeira metade do século XX, associam-se; sua modernização técnica exigia grandes extensões; proliferaram-se também os pequenos proprietários que, aos poucos, marginalmente ou não, foram induzidos a se inserir nos canais da modernização produtiva sob a égide da lógica do excedente, do mercado, mediado por comerciantes (RÜCKERT, 2003).

No decorrer das décadas de 1950 e 1960, a agricultura tradicional que vinha sendo praticada até então não conseguia corresponder às necessidades dos agricultores, razão pela qual muitos desses, desestimulados e empobrecidos, migraram para outras regiões e estados, como o Paraná e Oeste de Santa Catarina, explorando novas áreas de mata. Pesavento (1982) descreve a situação do pequeno agricultor dizendo, no tocante à lavoura colonial:

[...] o baixo nível técnico dos minifúndios limitava a produtividade e vinha associar-se a uma política de baixos preços para os produtos agrícolas, imposta pelo capital comercial/industrial. As máquinas se apresentavam muito caras para os pequenos proprietários, que não tinham condições de obter crédito fácil para poder adquiri-las. Além de tais problemas, a crescente concentração da propriedade das terras no estado limitava-se as chances de expansão da área agrícola policultora. O Rio Grande, nos anos 50, apresentava-se como o estado que mais população emigrante fornecia para outros estados, enquanto que era também a unidade da federação que menos brasileiros recebia. (PESAVENTO, 1982, p. 124)

No final da década de 1950 até a segunda metade da década de 1960, ocorreu, na região, a consolidação da figura do arrendatário em proprietário fundiário. Fases

posteriores, as quais transcendem nossa temporalidade de análise, seriam marcadas pela presença e consolidação do modelo produtivista, intensificado pela dinâmica do crédito subsidiado (seletivo e regionalizado), conseqüentemente, com a forte ação do Estado através de políticas públicas; outros períodos seriam marcados pela retração do crédito, pela forte inserção dos complexos a jusante e a montante da agroindustrialização de cereais e de carnes, coligadas e/ou concorrendo com cooperativas agrícolas que, também, em boa parte, constituíram-se na década de 1950.

Desse modo, a produção de “sem terras” está ligada à penetração do capitalismo no campo, responsável por um processo contínuo de concentração da propriedade e de substituição da mão de obra braçal pela introdução de pacotes tecnológicos cada vez mais avançados em termos mecânicos e químicos aplicados à agricultura. Além de provocar um impacto direto sobre a mão de obra, as novas técnicas submeteram contingentes cada vez maiores de pequenos agricultores a um contínuo processo de descapitalização.

Em termos de Rio Grande do Sul, segundo Ohlweiler (1982), as pequenas propriedades representavam numericamente em 1950, 80,7% do total, mas a essas correspondiam apenas 20,2% da área total. As propriedades com mais de 500 ha, que somavam tão somente 2,6% do número global, ocupavam 52,0% de toda a área das propriedades rurais. O reduzido número de 3.586 grandes propriedades com mais de 1.000 hectares reunia em conjunto 8.766.451 hectares, ou seja, quase o dobro da área em relação aos 4.456.845 de hectares ocupados pelas 231.496 propriedades com menos de 50 hectares.

Os limites para o pequeno produtor eram cada vez mais evidentes em razão do esgotamento do solo, da redução do tamanho das propriedades rurais em decorrência das partilhas de herança e também dos baixos preços pagos pelos produtos coloniais. Desse modo, pode-se deduzir que a região Norte do estado presenciou grandes processos de desruralização da população. É no interior dessa questão dos limites para o agricultor familiar de reduzida estrutura fundiária que se apresenta o esgotamento da fronteira agrícola no norte do Rio Grande do Sul, o qual já vinha sendo sentido no final da década de 1940, período de forte intrusão de colonos nas reservas indígenas no norte do Estado.

Segundo Rückert, “milhares de famílias de camponeses sem terra, os quais haviam se transformado em marginais, retornam ao campo na condição de assalariados. Uma das mais importantes conseqüências da expansão da triticultura é o extraordinário

encarecimento das terras que ela provocou” (RÜCKERT, 1991, p. 165). Com a grande valorização do arrendamento de terras, ser proprietário ou concentrar terras passou a ser um ótimo negócio. O arrendamento e as aquisições por grandes proprietários que se modernizavam na produção de cereais revelavam a tendência da expropriação da pequena propriedade pelo latifúndio, em consonância com as transformações estruturais do capitalismo no Brasil. Dados do IBGE mostram que a área arrendada na região de Passo Fundo (Centro-norte do estado), em 1950, era de 12%, passando a 16,5% em 1960 (RÜCKERT, 1991, p. 165). A transformação dos campos de pecuária em terras de negócio de capitalistas arrendatários permitiu a consolidação da terra como fator de negócio, reserva de valor e de renda fundiária. É nesse cenário de limites fundiários e de novos espaços que surge o Movimento Master de luta pela terra e, em particular, o Acampamento Capão da Cascavel.

3. *O Master: suas correlações políticas e a reforma agrária – meados do século XX*

O tema da reforma agrária ganhou força no cenário nacional no final da década de 1950. Forças políticas pressionavam pela efetivação, outras pelo bloqueio, outros ainda para imprimir o modo seu de fazê-lo. Trabalhadores rurais, organizados ainda que incipientemente em torno da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB), eram enfáticos em dizer que o Brasil era um país imenso, dispunha de terras fertilíssimas, de climas favoráveis à culturas dos mais variados produtos agrícolas.³

No final de 1950, o norte do Rio Grande do Sul apresentava um quadro fundiário de forte crise. Como mencionamos, havia grande pressão pela terra, bem como redução do potencial de absorção de migrantes em Santa Catarina e Paraná, subtraindo, com isso, o ritmo migratório rio-grandense (GEHLEN, 1983). Desse modo, tensões sociais se acirraram em torno da questão da terra no estado, até porque a oferta de trabalho urbano permanecia reduzida; havia a crise da produção do trigo gerada pelas importações desenfreadas a baixo custo. Foi um período de grandes exigências modernizantes em torno da cultura da soja, as

³ Fragmentos de opiniões de grupos a favor da reforma agrária agregados em torno da União Lavradores dos Trabalhadores Agrícolas Brasileiros (ULTAB). Estão presentes na matéria do jornal *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 9 fev. 1962.

quais não levavam em conta a situação de precariedade dos pequenos produtores, em particular, no Centro-Norte do estado.

No Rio Grande do Sul, o tema da reforma agrária foi foco de debates que preocupavam a elite agrária (pecuaristas, latifundiários, comerciantes agrícolas e agroindustriais) no início de 1962. Essa preocupação já se constituía por alguns anos em razão da influência das Ligas Camponesas, como vimos, nascidas no nordeste do Brasil e espalhadas pelo país a fora, em especial em espaços, ainda que tênues, de conflitos fundiários, como foram os casos do estado sulino; envolviam-se na questão também os recém constituídos sindicatos rurais, além do Partido Comunista, este muito atuante no meio social e político do país, bem como uma ala progressista da Igreja Católica, envolvida nos programas da Ação Católica, dentre outros grupos de menor expressão.

É nesse contexto que irrompe o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master). Movimento capitaneado pelo governador Brizola (1958-1962), pelo Partido Comunista, pelas ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais (estes em constituição no período), que se consolidou, institucionalizou e ganhou visibilidade entre os anos de 1960 e 1964. Porém, a sua articulação não foi meramente conjuntural, nem regional; havia uma correlação e uns fios que se teciam há alguns anos em coligação com as mediações das Ligas Camponesas e com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), entidades de pouca repercussão no solo rio-grandense até então, mas que contribuíram para legitimar ações reivindicativas na questão fundiária e nos grandes problemas vividos por peões, assalariados rurais, agregados, arrendatários, pequenos camponeses, dentre outras formas de expropriação.

Estratégias de ocupação de terras, organizações sindicais rurais já vinham se constituindo e se inserindo nas diretrizes de ações de justiça em torno da terra no estado. Vários conflitos eclodiram em nível de país, especialmente no nordeste, no norte e sudoeste do Paraná, em Goiás, em geral em torno de lutas de posseiros contra fazendeiros, contra o Estado por terras devolutas, contra latifundiários, manifestações de triticultores, cooperativistas e sindicatos patronais e de trabalhadores rurais. Essa realidade demonstrava certo avanço na organização política do campesinato.

A ação do governador Brizola no Rio Grande do Sul em favor da reforma agrária instigou lideranças locais a favor ou contra a se pronunciarem em torno do fato. Visitas de

secretários do governo e suas comitivas para analisar possíveis áreas a serem desapropriadas e/ou canalizadas especialmente para fins de reforma agrária ocasionaram comentários inflamados na imprensa local (ECKERT, 1984). O jornal *O Nacional*, de Passo Fundo, estampou dezenas de matérias nesse sentido durante o ano de 1962, período de intensa mobilização social, pressão de movimentos, dentre os quais o Master, pela reforma agrária. Estratos de matérias a seguir dão a tônica do que estamos dizendo, principalmente em torno da realidade do latifúndio e do minifúndio no estado:

Entendo que precisamos deixar de lado as palavras e passar a ação! A afirmação é do Governador Leonel Brizola, na conferência pronunciada a 26 de outubro último no colégio Júlio de Castilhos, em Porto Alegre. Esse pensamento, menos por força das lideranças partidárias, mas como fruto da crescente pressão das massas urbanas e rurais, começa a tornar-se realidade no Brasil, e no Rio Grande do Sul em particular. (Jornal *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, out. 1962)

Continuam os articulistas dizendo que “tem-se aí que a reforma agrária interessa a todos, no campo e na cidade. Tem-se aí que os movimentos dos agricultores sem terra de Nonoai, Camaquã e quantos venham a surgir, no Rio Grande e no Brasil, são movimentos legítimos, normais, sendo frutos naturais da inadequada estrutura agrária vigente” (Jornal *O Nacional*, Passo Fundo, 16 fev. 1962, p. 4). Em defesa da reforma agrária, Ruy Ramos, um dos ideólogos do PTB, diz que

[...] não têm terra 25 milhões de agricultores brasileiros [...]. Através, então, do Movimento de Agricultores Sem Terra em todo o Brasil, pretendemos mobilizar a opinião pública rural e citadina para obter a reforma agrária por meios bons, se possível, mas obtê-la mesmo por qualquer meio [...]. Esperem cinco anos para ver o que vai acontecer. Criada a mentalidade da reforma agrária, força nenhuma será capaz de impedi-la. (Jornal *Última Hora*, Porto Alegre, 25 jun. 1960, p. 3)

Seus defensores entendiam que a reforma agrária, ainda que estivesse na ordem do dia no campo político e social, só seria concretizada pela pressão política, porém, pela via da política e por princípios legais, ao mesmo tempo eram realistas no sentido de que os camponeses não estavam organizados suficientemente para essa pressão e, também, não tinham tido história ainda de um movimento de lutas em torno da questão.

O Master se consolidou em 1960 por ocasião de uma tentativa de retomada de uma área de 1.800 ha no interior do município de Encruzilhada do Sul que há cinquenta anos estava em poder de trezentas famílias de posseiros. O proprietário, após quase quarenta anos sem reclamar a propriedade, começou a exigir dos posseiros cobrança pelo uso da

terra, induzindo-os e coagindo-os a comprarem a terra sob pena de serem despojados. Os posseiros, pressionados a comprarem as terras, contaram com a participação e apoio do prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues, que fez mediações com o governo do Estado para desapropriar as terras mediante o pagamento de apólices estaduais.

Na metade de 1960 foi realizado o primeiro núcleo do Master na cidade de Encruzilhada do Sul, tendo à frente o prefeito Milton Serres Rodrigues, Paulo Schilling, o superintendente da fronteira do Sudeste e Ruy Ramos, deputado federal pelo PTB. A partir desse evento pioneiro, iniciam-se fundações de associações aos moldes das de Encruzilhada do Sul, tentativas de organizar a entidade em nível estadual, participação em congressos, como o da ULTAB, para referenciar a luta dos camponeses sem terra do Rio Grande do Sul. O movimento se embasa, pelo menos no início das pressões e dos acampamentos, na legislação fundiária do Estado, nos artigos 173 e 174, que determinam:

O Estado combaterá a propriedade improdutiva, por meio de tributação especial ou mediante desapropriação. Atendendo aos interesses sociais. O Estado poderá, mediante desapropriação, promover justa distribuição da propriedade, de maneira que o maior número possível de familiares venha a ter parte em terras e meios de produção. O Estado promoverá planos especiais de colonização, visando às finalidades do parágrafo anterior, sempre que a medida for pleiteada por um mínimo de cem agricultores sem terras, de determinada região.⁴

No início do movimento, as concepções políticas e as ações estratégicas em torno da questão agrária não estavam muito claras; concepções variadas foram a tônica do movimento, em grande parte em razão dos diversos grupos que o compunham. A legislação servia como arma de pressão na esfera pública; os acampamentos à beira da estrada próximos à área pretendida (não caracterizando invasão da propriedade) serviam de estratégia de não retirada pela Justiça. No início, buscou-se uma solução política e jurídica para apenas uma parte das áreas em litígio (ECKERT, 1984). Esse movimento foi que desencadeou a possibilidade de organização, porém o da Fazenda Sarandi e o do Banhado do Colégio em Camaquã (este último repercutiu por ser uma imensa extensão de terra pública – em torno de 50.000 ha – na qual o Estado estava fazendo grandes investimentos em obras de saneamento e de irrigação) foram os mais expressivos, pela forte vinculação com o governador Brizola que expressava.

⁴ Mensagem do governador Brizola enviada à Assembleia Legislativa, 1962. *Anais*, 1962, p. 65.

O manifesto de Encruzilhada do Sul, como expressão do nascedouro do Master, continha alguns aspectos que posteriormente passariam a ser suporte político e ideológico do movimento, dentre os quais o problema do monopólio da terra e a utilidade produtiva para quem nela trabalhasse (esse aspecto estava em consonância com a pregação da Igreja Católica do momento), a pressão política das massas rurais para a realização da reforma agrária, necessidade de fazer os pequenos produtores se tornarem sujeitos do processo de reivindicação junto aos poderes políticos constituídos (embora essa meta tenha, de certa forma, fracassado pela forma pouco democrática como eram feitos os encaminhamentos e o dirigismo centralizado), questões em torno dos custos dos insumos, questões relacionadas à orientação técnica, do baixo preço dos produtos, preços mínimos, redução de importação de trigo. Essa realidade pouco clara em termos de postura efetiva em favor das questões ligadas ao âmbito fundiário e agrário é expressão dos componentes que fizeram parte no início do surgimento do movimento, ou seja, “todos os produtores que não tenham terra própria e os que aceitam os princípios da entidade” (BANDEIRA, 1979, p. 56).

A questão da reforma agrária aparecia como secundária na pauta de reivindicações do movimento nascente. Falava-se em desapropriação do latifúndio antieconômico, de áreas improdutivas, núcleos coloniais para camponeses sem terra, melhores preços agrícolas, redução dos custos dos insumos, redução das importações de trigo, educação rural etc., porém pouco ou nada sobre a situação dos assalariados rurais (ou seja, da extensão da CLT para as atividades agrícolas). Suas fileiras e suas mediações foram variadas, conflitos internos não eram incomuns, mesmo quando sob a orientação ideológica e política do PTB, em especial do governador Brizola.

Organizações locais na forma de associações e sindicatos se efetivavam, algumas mais informais, outras mais mediadas, porém sob a ótica dos conflitos por mediação e posição entre PCB, Ligas, Frente Agrária Gaúcha (FAG), PTB, ULTAB, dentre outras. O próprio Brizola, segundo Eckert (1984), não havia, no início de seu governo, assumido a questão da reforma agrária como prioridade, não obstante reconhecesse o êxodo rural, a concentração da propriedade, a necessidade de reforma agrária, a existência de um contingente de expropriados rurais pelo latifúndio e pelas políticas agrícolas de até então.

Os vínculos mediadores do PCB ao Master e a concordância de Brizola advêm do apoio político que este recebeu daquele por ocasião das eleições de 1958, além do mais

fazia parte da postura política do PCB aliar-se às forças interessadas na luta contra o imperialismo e o latifúndio, luta essa apoiada por setores do trabalhismo interessados em ampliar o seu respaldo junto aos setores populares do campo.

O Master foi verdadeiramente reconhecido pelas forças políticas e demonstrou seu poder de organização e ação por ocasião do 1º Congresso do Master de 15 a 17 de dezembro de 1962. Nesse congresso estiveram presentes representantes do governo estadual, sindicatos urbanos, estaduais, delegados de outros estados e um representante da ULTAB. Nesse evento, a entidade redefiniu suas ações, seus rumos e radicalizou a luta pela reforma agrária, bem como exteriorizou os grupos que lutavam pela hegemonia interna, explicitou as várias concepções em torno das grandes questões marcantes no país e, acima de tudo, em torno do problema fundiário no estado (ZANFELIZ, 1980, p. 63). A intenção era difundir a pequena e média propriedade, democratizar o acesso à terra, levar os ventos da modernidade ao campesinato, facilitar formas de organizações cooperativas e associativas, sem, de certa forma, necessitar enfrentar diretamente o problema da concentração fundiária e bater de frente com entidades representativas do latifúndio no estado e que o sustentaram politicamente.

4. *O acampamento Capão da Cascavel: a reforma agrária na pauta no movimento*

No então município de Sarandi, no início da década de 1960, os olhos do movimento se voltaram para a Fazenda Sarandi – área remanescente de uma antiga posse de mais de 70.000 ha, formada no século XIX. Constituíam-se de um latifúndio de mais de 21.000 ha de terras, sendo propriedade de uma família de uruguaios (sobrenome Mailhos), que habitava em Montevideo (RÜCKERT; DAL MORO, 1986). As terras eram arrendadas a vários agricultores e pecuaristas.

O governo Brizola, em janeiro de 1962, desapropriou a Fazenda Sarandi com um depósito de 63 milhões de cruzeiros aos proprietários uruguaios e viabilizou uma estratégia de colonização dividindo-a em 450 lotes coloniais para agricultores que já possuíssem algum tipo de maquinário ou outros instrumentos para o trabalho agrícola. O loteamento atingia 17.000 ha, sendo os restantes 5.000 ha assim distribuídos: duas glebas, a Brilhante, com 1.450 ha, e a Macali, com 1.600 ha, que já vinham sendo arrendadas pelos uruguaios Mailhos para o cultivo de trigo a capitalistas de Passo Fundo e Carazinho desde a década de 1950, e uma gleba destinada à administração do projeto, conhecida como a área da

Cemapa— órgão da Secretaria da Agricultura do Estado – e uma reserva florestal no município de Rondinha (RÜCKERT; DAL MORO, 1986).

O acampamento, utilizando a estratégia da beira da estrada para não viabilizar a justificativa de retirada por invasão da propriedade, começou no dia 11 de janeiro com trezentas pessoas, no dia 13, já se contabilizava mais de 1.300. A capacidade de mobilização, aliada a algumas figuras mediadoras do PTB na região, bem como a intensa demanda pela terra, causou impressão e impacto em todos os setores da comunidade rio-grandense, os quais, em geral, reconheciam o problema e apelavam para solução na esfera pública. Em meados de 1962, o acampamento somava mais de dez mil pessoas (ECKERT, 1984).

Ao que se sabe, o acampamento de Capão da Cascavel, se não foi planejado, esteve sob o olhar vigilante e muito bem-informado por Brizola nos mínimos detalhes, objetivando a desapropriação da Fazenda Sarandi. Havia que se criar um fato social de grande repercussão para justificar a desapropriação. Para a organização do Movimento, o então governador Brizola chamou ao palácio Piratini seu primo-irmão Jair de Moura Calixto, prefeito de Nonoai. Calixto era uma liderança de grande prestígio na região de Nonoai, apesar de ter também muitos desafetos. Homem de total confiança de Brizola, Calixto havia dado provas de sua liderança política e capital social junto aos pequenos agricultores do seu município e por boa parte do norte do estado, teve uma presença marcante durante a campanha da Legalidade em agosto de 1961. Na organização do movimento na sua região de ação política, Calixto contou com a colaboração de vários líderes, em geral, das fileiras do PTB.

A organização do acampamento de Capão da Cascavel foi projetada a partir de Nonoai, terra do prefeito Calixto. A liderança e o carisma davam-lhe forte poder. Assim, esse município tornou-se o ponto de articulação e a principal base de apoio ao Movimento. Os agricultores foram mobilizados e recrutados num espaço de tempo de poucos dias por lideranças regionais, capitaneadas pelo prefeito de Nonoai, as quais mandavam emissários em todas as casas. Porém, a partir da análise de algumas matérias publicadas na imprensa pudemos constatar que não houve muita sintonia entre as lideranças regionais no início do movimento. Um jornal da capital gaúcha, em matéria de capa, informava:

Denuncia o prefeito de Sarandi: Mil homens de Nonoai se aprestam para invadir terras de Sarandi

Como tivemos oportunidade de informar, esboça-se no município de Nonoai um movimento visando à entrega de terras a agricultores, com o beneplácito, senão a liderança, do prefeito Jair Calixto. Pois em encontro que ontem mantivemos com o prefeito de Sarandi, sr. Ivo Sprandel [...], fomos surpreendidos com a manifestação de S. S.a de que Nonoai quer fazer reforma agrária à custa do município de Sarandi. Convidado a entrar em detalhes acerca da curiosa situação, disse-nos o senhor Ivo Sprandel: - Em verdade, sábado último, fui procurado por uma comissão de pecuaristas e agricultores arrendatários de terras da Fazenda Sarandi, de propriedade da firma Estância Júlio Maílhos, com sede em Montevideu, que veio manifestar seu temor com referência a esses rumores oriundos de Sarandi. uma medida dessa ordem, que contraria frontalmente os dispositivos constitucionais (Jornal *Correio do Povo*, Porto Alegre, 12 jan. 1962, p. 16).

Pelo conteúdo da matéria divulgada, o prefeito de Sarandi parecia estar numa situação de difícil escolha: ficar do lado dos agricultores e pecuaristas arrendatários da Fazenda Sarandi ou dos sem-terra. Porém, percebendo o sucesso do movimento, aderiu ao grupo de Calixto e passou a apoiá-lo como se a ele estivesse integrado por princípios ideológicos.

Brizola orientou Calixto a organizar a ocupação da área de Capão da Cascavel, ignorando os apelos do prefeito de Sarandi de ocupar a Fazenda Annoni, que pertencia a Ernesto José Annoni, então prefeito de Carazinho pelo PTB e correligionário do governador. Havia também uma disputa entre Sprandel e Calixto pela liderança política em nível regional, isto é, ambos disputavam o mesmo reduto eleitoral do PTB. As preocupações de Brizola com a ordem pública, com a possibilidade de *ideologização* do Movimento ou em fazer com que o movimento não se parecesse comunista, revolucionário ou subversivo eram constantes:

Isto não é invasão, Calixto. Que ninguém meta o pé além do alambrado! Quero que respeitem as propriedades particulares. Cuida para não entrar no grupo algum agitador. O que nós precisamos é criar um clima social pacífico, para facilitar a desapropriação. (CASALI, 2005, p. 141)

Um jornal local corrobora o depoimento acima em torno da dimensão pacífica do Movimento. Essa questão é interessante, pois, ao que nos parece pelas matérias dos veículos de comunicação local, auxilia na legitimação da luta do Movimento, que, não é tanto questionada em seus objetivos, nem em sua estratégia de ação. Jornais mostravam que Brizola orientava determinadas ocupações em várias partes do estado e determinava que fossem plantadas cruces no centro do acampamento “para que mais tarde não nos chamassem de comunistas” (Jornal *O Rio Grande*, Porto Alegre, n. 16, 23 a 30 ago. 1979, p.

7). Uma das estratégias para a criação de um “clima social pacífico”, como queria Brizola, era conquistar o apoio da Igreja Católica, até aí bastante reticente e, em certos casos, abertamente contrária ao movimento, confirmando sua oposição ao Master.

5. *“Quem tem terra tá com Cristo, quem não tem tá com Calixto”. A Igreja Católica e o Master*

No início de 1960, a postura da Igreja Católica no Brasil estava distante das influências das teses do Concílio Vaticano II e das decisões da Conferência de Medellín (Colômbia, 1968).⁵ No Rio Grande do Sul, a Igreja Católica estava concentrada nas diretrizes que o arcebispo de Porto Alegre Dom Vicente Scherer imprimia. Como arcebispo desde 1947, ele mantinha a maior parte do clero subordinado às suas ordens e fiel às suas teses, sendo sua principal obsessão a do “anticomunismo”. Segundo Hammes (2003, p. 76), “Dom Vicente, como fiel escudeiro do papa Pio XII, entendia que o comunismo era tudo o que não prestava. Por isso, cismava em combater tudo aquilo que pudesse ter alguma semelhança com a doutrina marxista ou que pudesse caracterizar alguma aproximação com países comunistas.” Na mensagem de abertura do ano litúrgico de 1962, Scherer manifestou-se nos seguintes termos:

Os vanguardeiros das forças de Moscou agem com disfarces, aliciando adeptos e ocupando posições [...]. Não promovemos campanhas negativas de anticomunismo, mostramos os erros da ideologia marxista pelo debate dos princípios doutrinários em que se funda e pelo exame da experiência desastrosa que se está fazendo nos países já dominados pelas forças aguerridas do novo império colonialista. (SCHERRER, 1962, p. 7)

Por ordem de Brizola, algum padre deveria ir ao acampamento rezar missa. Brizola já recomendara a Calixto para que fosse erguida uma cruz no acampamento e afixadas faixas dando ênfase ao aspecto religioso. Casali, em seu diário, registrou a visita que fez ao acampamento no dia 13 de janeiro de 1962, sábado, dizendo ter encontrado “em frente à faixa que liga Ronda Alta a Passo Fundo, uma capelinha de madeira abrigando a imagem de Sta Terezinha. Atrás dela, a cruz de madeira erguida à semelhança daquela de Cabral. Encimando a cruz, um cartaz em pano branco, com escrita preta: ‘Somos cristãos! Queremos terra’” (CASALI, 2005, p. 146).

⁵ Sobre o assunto, ver WARREN, I. S. *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

Com o propósito de dar ainda mais ênfase ao caráter religioso, o acampamento foi batizado com o nome do Papa João XXIII. Logo na entrada foi identificado por uma faixa: “Acampamento João XXIII”. Porém, somente isso não bastava. Era necessária a presença do padre para rezar missa, dar a bênção aos barracos. Assim, em 14 de janeiro, domingo, o padre de Sarandi esteve no acampamento para rezar missa para os acampados. Havia uma constante preocupação em mostrar nas aparências e nas ações práticas que o Movimento era cristão e, por isso, anticomunista. Assim, Brizola atendia aos interesses de uma ala da Igreja e não agredia em demasia a outra, bem como buscava adeptos influenciados pela mesma em sua política em torno do que o mesmo considerava reforma agrária.

É importante dizer também que por ocasião da presença do governador em seu discurso no acampamento, citações da Encíclica *Mater et Magistra* se fizeram presente, dentre as quais a que enfatizava o direito à propriedade particular “desde que seu uso corresponda aos interesses coletivos” (GEHLEN, 1983, p. 86). A correlação entre o “ser cristão” e o “não ser comunista” dava ao Movimento um caráter de “ordeiro”, “pacífico” e limitado à reivindicação de um pedaço de terra. O registro encontrado na obra de Casali sobre o discurso de Brizola, em visita ao acampamento em 15 de janeiro de 1962, também é elucidativo nesse aspecto:

Aí Brizola perguntou: “Quem é cristão, levante o braço!” [...]. Todo mundo explodiu num delírio, levantando os braços. Enquanto isso, um gritou: “Taí o padre que rezou a missa com nós ontem, aqui na capelinha! “E agora, quem for comunista que erga a mão!” Silêncio total. E novo delírio! (CASALI, 2005, p. 151).

Como se percebe, a Igreja Católica, apesar de aparentemente manter-se distante do movimento em termos de mediação-doutrinação ou conscientização, acaba emprestando sua ajuda via indireta, contribuindo para a consolidação de um projeto de movimento social organizado em torno de fortes lideranças carismáticas e/ou paternalistas. Os ideólogos da FAG, dentre eles D. Edmundo Kunz, reconheciam os humildes e indefesos lavradores do campo, porém, como a questão da terra estava em evidência no contexto nacional, era importante livrá-los dos “lobos marxistas e dos agitadores do Master” apresentando uma alternativa dentro do “contexto cristão”. A Igreja Católica reconhecia a concentração da terra, porém, nada podia fazer, pois lhe atribuía ao desenvolvimento e incorporação da técnica, ou seja, o fator técnica e capacidade de percepção e adoção da mesma lhe davam legitimidade e explicação para o problema fundiário (WARREN, 2005).



Figura 1 - Governador Brizola em meio aos acampados do Capão da Cascavel, em 15 de janeiro de 1962. Ele esteve presente na distribuição dos lotes aos agricultores.

Fonte: Jornal Terra Livre, São Paulo, p. 2, 1962.

6. A desapropriação e a distribuição de títulos aos agricultores

O desfecho do movimento de Capão da Cascavel deu-se com a desapropriação de uma área de 21.889,14 ha através do Decreto Estadual nº 13.034 de 13 de janeiro de 1962, abrangendo a Agropecuária Lucena S. A., com 6.151,28 ha; a Ganadero Horácio Mailhos, com 7.087,86 ha, e a Estância Júlio Mailhos, com 8.650,00 ha (CASALI, 2005, p. 155).⁶

Encerra-se o caso dos sem terra em Nonoai

O Governador Brizola assinou, sábado o Decreto 13.034 declarando de utilidade pública para fins de desapropriação por interesse social, as três fazendas do Sarandi. A área a ser desapropriada eleva-se a 24.239 hectares de terras e matos. Acentua o documento que o movimento dos “agricultores sem terra”, que motivou o ato do governo, não se afastou da ordem, conservando sempre o caráter pacífico [...] (Jornal *O Nacional*, Passo Fundo, p. 4, 16 jan. 1962, p. 4)

No discurso em que Brizola comunicou a desapropriação da Fazenda Sarandi, ele diz:

[...] quero cumprimentar a todos e felicitar, pela forma ordeira e pacífica com que se conduziram, porque a causa da reforma agrária é justa, e por isso, devemos empregar os meios justos. A criação das Associações de Sem Terra tem o meu apoio. Eu vos felicito pela ordem e pela alta moral do acampamento. A partir de hoje está desapropriada a Fazenda Sarandi e daqui não sairá mais um pau de lenha. A força da Brigada Militar está aqui para assegurar essa ordem. (Jornal *Terra Livre*, Porto Alegre, n. 107, p. 3, jan. 1962, p. 3)

⁶ CASALI, J. A. *Memórias de Brizola – O guerreiro do povo brasileiro*. Erechim/RS: Gráfica São Cristóvão, 2005, p. 155.

O plano de colonização da área desapropriada foi elaborado pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), órgão do Estado. Foi apresentado aos sem-terra no acampamento durante a ocupação. As listas dos futuros beneficiados pela distribuição dos lotes foram elaboradas pelas lideranças do movimento sob a assessoria de pessoas ligadas ao IGRA e à Diretoria Estadual de Terras Públicas de Nonoai.

No mesmo dia da desapropriação pelo governador Brizola, representantes dos colonos e de mediadores, dentre os quais, em maioria do PTB, reuniram-se e lançaram um manifesto intitulado “Proclamação dos Lavradores do Capão de Cascavel”, no qual insistia-se na organização dos agricultores do Rio Grande do Sul para viabilizar uma organização em nível de estado e de país que congregasse os interesses dos agricultores, um apelo ao necessário apoio de entidades regionais, a agregação de operários e estudantes e todos os interessados em lutar, por meios legais, pela aprovação da reforma agrária, dentre outras questões, o qual reflete a influência de mediadores variados, misturando também intenções variadas, mas, ao mesmo tempo, todas convergindo para o problema fundiário no Estado e a necessária democratização do acesso à terra pelos camponeses.

O critério utilizado na distribuição da terra da Fazenda Sarandi, a partir de certas precondições do agricultor, nos parece ir ao encontro da visão que o PTB tinha de reforma agrária. O PTB rio-grandense era herdeiro das ideias do grande líder do trabalhismo brasileiro Alberto Pasqualini.⁷ Segundo Pasqualini, “reforma agrária não significa apenas distribuição da terra. A terra pouco adianta sem meios técnicos e recursos para cultivá-la” (GEHLEN, 1983, p. 90).

A dimensão progressista, modernista e estatista da questão fundiária estava presente nos discursos de Brizola, bem como no apoio de intelectuais e produtores agrícolas do PTB rio-grandense. Os pequenos arrendatários que já estavam presentes no interior da Fazenda Sarandi, inicialmente contrários à ocupação dos sem-terra, foram aos poucos sendo cooptados pelo movimento e muitos deles acabaram se beneficiando com lotes que variavam de 10 a 20 ha. Os grandes arrendatários também foram beneficiados com a distribuição de 16 lotes, com maior quantidade de terra, podendo chegar até 50 ha. Esse ato

⁷ Político brasileiro, nasceu no Rio Grande do Sul (1901) e morreu no Rio de Janeiro (1960). Defendeu no Brasil uma ação trabalhista semelhante à do Partido Trabalhista da Inglaterra. Participou da Revolução de 1930, foi vereador em Porto Alegre (1934), secretário do Interior e da Justiça do Rio Grande do Sul (1944) e senador por este estado (1950).

produziu certo simbolismo, pois serviu para apagar o estigma de que a reforma agrária pretendida por Brizola se revestia de um caráter revolucionário. Há que se entender ainda o fato de que no município de Carazinho, vizinho ao Acampamento Capão da Cascavel, forte reduto do brizolismo, os ruralistas tinham expressiva presença nas fileiras do PTB.

Havia divisões entre os sem-terra que ocuparam a Fazenda Sarandi no movimento de Capão da Cascavel em, basicamente, três grupos: os que não possuíam terra e recursos para atividade agrícola, os que não tinham terras, animais e equipamentos próprios da agricultura familiar-colonial, e, por fim, os produtores mecanizados, antes arrendatários da referida fazenda. Os únicos aliados do processo de assentamento foram os primeiros, justamente os mais necessitados.

7. *Distribuição de terra e capital político*

Não bastasse o grande número de camponeses aliados do processo de assentamento, a distribuição de lotes aos contemplados, iniciada no governo Brizola, prosseguiu de forma lenta no governo Ildo Meneghetti do PSD (oposição ao Brizola, que foi eleito e assumiu o poder do estado em 1963).

Desse modo, faz-se necessário ressaltar que o Movimento de Capão da Cascavel não teve como resultado final a efetiva conquista de toda a área da Fazenda Sarandi e a solução para o problema da falta de terra de centenas de camponeses pobres. Vários desdobramentos recrudesceram posteriormente como reflexo de um problema não resolvido por inteiro. Além das reinvestidas na Fazenda Sarandi, intensificaram-se as tentativas de ocupação das reservas indígenas e florestais. A de maior repercussão ocorreu no início de 1963, já no governo Meneghetti, quando da ocupação da reserva florestal da terra indígena de Nonoai – anexa à reserva indígena –, no lugar denominado Passo Feio, por agricultores sem terra que não haviam sido contemplados na Fazenda Sarandi. Outros conflitos ocorrerão a partir do final da década de 1970 como decorrentes desse processo todo, principalmente em reservas indígenas e no interior da reserva florestal.

É importante frisar que desde sua origem o evento de Capão da Cascavel constituiu-se num plano articulado de uma forma ou de outra com a participação do governador Brizola, dentro de uma concepção paternalista e sempre com a preocupação em torno da ordem. A análise das fontes dá a entender que a terra foi distribuída como um “gesto de

benevolência” do governo Brizola muito mais do que como resultado de uma ação coletiva, ainda que tenha havido organização e mobilização do grupo. Os registros de Casali sobre a chegada de Brizola ao acampamento, em 15 de janeiro de 1962, são emblemáticos nesse sentido:

Os acampados estão se organizando para receber o Governador e alguns já vestem suas roupas domingueiras [...]. Nesta altura são 16 horas e mais de 10.000 pessoas se acotovelam diante das barrancas da Fazenda Sarandi. De repente os alto-falantes anunciam que dois aviões surgem no horizonte, se aproximam e sobrevoam o acampamento... Delírio geral! Chegou o nosso líder! diziam os colonos.

“Muito bem, cabocla velha, você é um exemplo de mulher. Vou recomendar para você que lhe seja destinado 25 ha de terra. Vai ter terra para toda a família. Ensina os meninos a cultivá-la com carinho e técnica”. E, abraçando a dona Emília, acariciou uma vez as crianças, que lhe diziam: “Viva o Brizola”. (CASALI, 2005, p. 150)

O caráter populista está expresso nas várias manchetes de jornais da região. Como um “Messias”, Brizola chegou ao acampamento para tirar os colonos das trevas. O povo aguardava de mãos estendidas. A concessão da terra é reconhecida como um favor e não como um direito ou resultado de uma mobilização e luta dos camponeses. Alguns meios de comunicação da época também ressaltavam o ineditismo da ação de Brizola no caso da Fazenda Sarandi, aludindo que se tratava de um marco para a história agrária do Rio Grande do Sul, conforme é possível deduzir pela matéria de capa do jornal *Oeste Catarinense*:

Implantada a reforma agrária no Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul, através do seu Governador Leonel Brizola, acaba de iniciar movimento instituindo a reforma agrária. O flagrante foi colhido em Capão da Cascavel, quando o Governador gaúcho atendia às reivindicações dos agricultores sem terra. (Jornal *Oeste Catarinense*, Chapecó/SC, p. 1, 23 mar. 1962, p. 2)

O acampamento na Fazenda Sarandi passou a ser referenciado no interior do movimento e imprensa local pela sua expressão e manifestação da popularidade do governador que esteve pessoalmente, fez um discurso extremamente populista em torno do tema, das reformas de base, contra o latifúndio, contra o imperialismo, no caso específico em questão, os proprietários da referida gleba serem estrangeiros etc. Porém, é bom que se enfatize o fato de que nem todos os acampamentos do Master pelo estado tiveram tanto apoio e um princípio de resolução no período do governo Brizola como o em questão.

Brizola, ao mesmo tempo que apoiava ações do Movimento, acordava com a Farsul (órgão de representação dos interesses do grande capital fundiário no estado) a garantia do

direito à propriedade, uma reforma agrária “na lei”, “no bem” e “na ordem”, sem violência, sem desapropriações indevidas, ainda que reconhecesse a necessidade do atendimento a uma “justa reivindicação social” dos agricultores. Para garantir essa ambiguidade, Brizola acionou terras públicas, reservas indígenas (reduzindo-as e/ou extinguindo-as), pensou inclusive em desapropriar terras na beira de rodovias, rios e açudes. Como gesto de benevolência para com a reforma agrária, num determinado momento, resolveu, inclusive, desapropriar parte da Fazenda Pangaré, situada no município de Osório, de propriedade da família Goulart, a que pertenciam sua esposa Neusa Goulart e seu cunhado, o ex-presidente João Goulart.

No plano das estratégias e ações concretas, o movimento de Capão da Cascavel na Fazenda Sarandi manifestou-se muito mais como um movimento estratégico, organizado pelo então governador Leonel de Moura Brizola, contando com a participação de lideranças políticas locais (como Calixto), com finalidades previsíveis, do que propriamente como um movimento social de base popular e ideológica camponesa.

Ainda que os interesses dos camponeses fossem em torno da luta pela terra, da conquista de um naco de chão para sobreviver na região, foi muito a expressão de uma tentativa de reação, de autoafirmação e sobrevivência do nacional-populismo, em crise desde meados de 1961, com a ascensão de Jango à Presidência da República, cujo desfecho resultou na deflagração da campanha da Legalidade no Rio Grande do Sul.

Como havia uma quantidade maior de demandantes pela terra do que a fazenda desapropriada permitia assentar, muitos camponeses pretendentes a um pedaço de chão não foram contemplados. Houve pressão popular nesse sentido, inclusive organizada pelo prefeito Calixto. Para atender a essas demandas e a outras em várias regiões do estado, que revelavam movimentos sociais pela terra, o governador extinguiu algumas reservas indígenas, expulsando e obrigando a se inserirem em outras reservas. No norte do estado as reservas de Serrinha (em Engenho Velho), de Ventarra (em Erebango) e de Monte Caseiros (em Lagoa Vermelha, hoje atual Caseiros) foram completamente extintas. Outras sofreram redução significativa de área com a permissão da entrada e aquisição de terras por camponeses, pequenos agricultores.

Esse processo de reestruturação fundiária no período pela ação da esfera pública produziu consequências nos atuais movimentos sociais de luta pela terra no estado, em

particular, na parte norte, entre indígenas e agricultores. Nessa região, atualmente, há mais de duas dezenas de acampamentos indígenas com processos administrativos em andamento reivindicando as áreas originais que foram suprimidas de seus aldeamentos, bem como o retorno dos indígenas junto às reservas extintas. Esse processo vem produzindo novos conflitos e tensões sociais, grandes embates jurídicos, mediações políticas, tomadas de posições por entidades sociais, mediações de ambos os sujeitos sociais envolvidos.

Considerações finais

As ações do governador Brizola para que a ação de Capão da Cascavel fosse reconhecida como um ato legítimo, para convencer a opinião pública e a mídia da importância das Reformas de Base, em particular, a reforma agrária, naquele momento, pré-1964, serviram também de prenúncio da aproximação do golpe civil-militar; expressou-se também naquele evento uma sequência de atitudes caudilhescas, manifestadas pelas lideranças do movimento, típicas da tradição política rio-grandense desde a República Velha, adoçadas com forte dimensão paternalista e clientelista junto aos camponeses e expropriados do campo.

A desapropriação da Fazenda Sarandi representava para Brizola o coroamento de um projeto ambicioso. Em primeiro lugar, a reforma agrária atendia a principal meta das Reformas de Base e uma das grandes bandeiras do trabalhismo; em segundo, a desapropriação de terras de estrangeiros representava uma atitude nacionalista, vista com simpatia pela elite agrária ligada ao PTB. Assim, ele acabaria contentando os dois lados: os sem-terra e os médios e grandes proprietários nacionais. Por isso que, no tocante aos conflitos da Fazenda Sarandi, a oposição ao Movimento não foi tão forte por parte dos latifundiários do estado congregados na Farsul, dentre outras entidades que se opuseram com firmeza quando da invasão de inúmeras outras glebas produtivas e/ou improdutivas no estado. A Fazenda Sarandi apareceu, aos olhos de Brizola e das forças expressivas do latifúndio, como emblemática para a solução agrária do estado.

Entretanto, apesar de limitada, a oposição ao movimento pela desapropriação da Fazenda Sarandi se fez sentir em vários momentos. Alguns deputados de oposição ao governador Brizola vociferavam na tribuna do Parlamento gaúcho contra a decisão dele em desapropriar um local onde existiam “extensas áreas cobertas de matas reflorestadas,

campos arrendados, povoados com gado e grandes plantações de soja, milho e trigo, além da existência de pelo menos uma serraria” (*Jornal Correio do Povo Rural*, Porto Alegre, 19 jan. 1962, p. 3).

O Movimento de Capão da Cascavel deve ser considerado emblemático, tanto no contexto de análise das iniciativas, propostas, lideranças e desdobramentos que culminaram com a formação do Master no norte do Rio Grande do Sul, quanto no plano das ações práticas dirigidas no sentido da efetivação de uma iniciativa de projeto de reforma agrária por parte do Estado. Muitos desdobramentos posteriores ligados à questão da terra foram espelhados pelo evento de Capão da Cascavel, ou se tornaram possíveis por causa desse. Sem esquecer, porém, que, no bojo das intenções do governador Brizola, as reservas indígenas tornaram-se as últimas esperanças para os sem-terra ante a falta de um projeto de reforma agrária que atingisse a histórica estrutura fundiária. O Estado, pressionado pelas forças representativas do grande capital e do latifúndio, não titubeou diante de tal contexto. O resultado foi a extinção de reservas e o retalhamento de outras, como foi o caso de Nonoai.

Uma das iniciativas do Estado gaúcho que acabou contribuindo para acelerar o esbulho às terras indígenas foi a criação das reservas florestais, subtraindo terras dos indígenas. Decididamente, este foi o primeiro golpe desterritorializador para o kaingang nesse período. A criação de reservas florestais pelo estado sulino, subtraindo terras dos índios, foi uma clara afronta à legislação federal, já que as terras dos índios eram terras da União,⁸ não podendo, por conseguinte, o Estado rio-grandense ter legislado supletivamente sobre matéria que dizia respeito à esfera federal.

O movimento Master seguiu suas demandas e estratégias de luta pela terra até o início do golpe civil-militar em várias partes do estado. Porém, com a saída de cena de Brizola na esfera de governo no estado, outros grupos tornaram-se centrais no comando do Movimento, dentre esses o PCB, fato que redefiniu estratégias e bandeiras e, a reforma agrária foi radicalizada. Isso serviu para produzir contraposições mais efetivas de entidades de defesa do latifúndio, da esfera pública, bem como divisões no interior do movimento.

⁸ A criação das reservas florestais, em 1941, por ato do interventor federal no Estado, Cordeiro de Farias, por mais paradoxal que possa parecer, acelerou o desmatamento. A terra, sem os indígenas, passou a ser invadida com mais facilidade, sendo incorporada às paisagens agrícolas circundantes, de produção de trigo, milho e soja.

Com a eclosão do golpe, vários líderes do Master foram presos, outros exilados, alguns serviram de delatores, enfim, o movimento foi extinto. No entanto, da mesma forma que suas demandas produziram conflitos no interior do movimento indígena em razão das ações do governo, a experiência de luta do Master serviu para embasar a luta pela terra no início de 1980 em várias partes do país, em particular no norte do Rio Grande do Sul, através da presença de lideranças do primeiro, estratégias e convicções de que a estrutura fundiária do país só poderia ser alterada pela pressão de grupos sociais organizados.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BRUM, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 17. ed. Petrópolis: Vozes; Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

CARINI, Joel. *Estados, índios e colonos: o conflito na reserva indígena de Serrinha – norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

CARONE, Edgar. *O PCB (1943-64)*. São Paulo: Difel, v. 2, 1982.

CASALI, Jairo. *Memórias de Brizola – O guerreiro do povo brasileiro*. Erechim/RS: Gráfica São Cristóvão, 2005.

ECKERT, Córdula. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação em Desenvolvimento e Agricultura, 1984.

GEHLEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de conquista da terra e o Estado: O caso da Fazenda Sarandi*. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação em Sociologia, 1983.

HAMMES, Roque. *Igreja Católica, sindicatos e movimentos sociais: quarenta anos de história, projetando luzes para a defesa e a promoção da vida na região*. Santa Cruz do Sul/RS: Edunisc, 2003.

OHLWEILER, Otto Alcides. Sobre o processo do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 5-40, 1982.

PESAVENTO, Sandra. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1999.

RÜCKERT, Aldomar. *A produção capitalista do espaço: construção, destruição e reconstrução do território rio-grandense*. Rio Claro: Unesp. Dissertação em Geografia, 1991.

RÜCKERT, Aldomar. *Metamorfoses do território: a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930-1990*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RÜCKERT, Aldomar; DAL MORO, Selina Maria. A agricultura no processo de desenvolvimento no Planalto rio-grandense. *Revista de Filosofia e Ciências Humanas*, Passo Fundo: UPF, ano 1, n. 3, p. 43-67, 1986.

WARREN, IlseSherer, 1980. *Redes de movimentos sociais*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

ZANFELIZ, Maria Assunta. *As relações sócio-políticas no Rio Grande do Sul: governo, partidos e sindicatos na conjuntura de 1958-1964*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1980.